



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA EM**

**25 DE NOVEMBRO DE 2020**

**ACTA Nº 29**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de 2020, nesta vila de Arganil, no Auditório da Biblioteca Municipal Miguel Torga, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca Costa e com a presença da Senhora Vice-Presidente, Paula Inês Moreira Dinis e dos Senhores Vereadores Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Érica Geraldês Castanheira, Rui Miguel da Silva e Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, assistente técnica.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas.-

-----A Câmara Municipal justificou a falta da senhora vereadora Tyoga Macdonald, que não pôde estar presente por motivos pessoais.-----

**ORDEM DO DIA**

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:--

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Instrumentos de Gestão Financeira.**-----

Capítulo Primeiro

**Instrumentos de Gestão Financeira**

-----O Senhor Presidente propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia a estas votações fosse feita em conjunto, e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para "fazer um apontamento prévio em linha também com aquilo que consta do documento distribuído. Em primeiro lugar para destacar aquilo que são as contingências de que temos vindo a falar, decorrentes da situação de pandemia em que o país e o Mundo se encontram; esta circunstância exige-nos respostas criativas e oportunas mas, ao mesmo tempo também, não pode fazer com que se perca de vista aquilo que é o foco essencial e aquilo que é a estratégia de desenvolvimento do concelho. Nesse sentido, aquilo que mais uma vez fica bem evidente nestes documentos, é o compromisso com aquilo que é o futuro do concelho, aquilo que é o investimento nos equipamentos, nas infra-estruturas, naquilo de que os nossos concidadãos necessitam. Nesta sequência, e sublinhando a necessidade que está aqui também considerada, de termos uma grande capacidade de adaptação em cada momento, aquilo que queria dizer é que teremos capacidade para, a qualquer momento, nos adaptarmos às circunstâncias que, de um dia para o outro, possam surgir, e sabemos bem pela história recente do território e do concelho, que isso é possível verificar-se mas, sem embargos, também mantermos o foco naquilo que são os desígnios estratégicos e essenciais para o desenvolvimento do concelho.-----

-----A esse respeito, não posso deixar de destacar um investimento inerente à área do *Desenvolvimento Económico*, particularmente a grande aposta na captação de empresas e na fixação de pessoas, particularmente quadros qualificados; merece particular destaque o grande investimento superior a cinco milhões e meio de euros, investimento global que está a ser concretizado na Relvinha, nas intervenções de Qualificação da Relvinha Este e especialmente na Ampliação da Relvinha Oeste. Quero também destacar o investimento considerado ao nível da Proteção Civil, particularmente no que concerne à implementação do Centro Municipal de Proteção Civil; a este respeito queria acrescentar a informação de que a candidatura foi admitida, cumpre os requisitos e agora está na fase seguinte de apreciação, e temos alguma expectativa relativamente à aprovação desta mesma candidatura. Destacar também a manutenção e a parceria que existe com as corporações de Bombeiros, aquilo que é o esforço efectuado ao nível da limpeza de perímetros e faixas de gestão de combustível, aquilo que, também relacionado com os Bombeiros, é o esforço que fazemos com as Equipas de Prevenção Permanente.-----

-----Queria também destacar um projecto que estamos a desenvolver, relacionado com a Reutilização das Águas Residuais da ETAR da Relvinha, que pretendemos que possam ser reutilizadas precisamente para um segundo uso, quer seja ao nível da Proteção Civil, particularmente ao nível de uma rede de combate a incêndios, mas também possa ter outros usos, nomeadamente agrícolas, mediante os tratamentos que eventualmente sejam necessários, para poder cumprir todos os requisitos.-----

-----Sublinhar também que estes documentos consubstanciam e consolidam o forte desiderato que temos mantido nas áreas do *Abastecimento de Água, do Saneamento das Águas Residuais e dos Resíduos Sólidos Urbanos*; este mandato de 4 anos, entre o investimento da Águas do Centro Litoral e o investimento municipal, regista um investimento total superior a doze milhões de euros, no concelho, e isto é um indicador e é um volume de investimento de que nunca, em momento algum, o concelho tinha beneficiado e vem colocar-nos na vanguarda daquilo que são as metas ambientais para a próxima década. A este respeito, como é óbvio, destacar a





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

conclusão da ETAR da Relvinha, os novos Sistemas da Sanguinheda, a extensão do serviço ao Casal de S. José, e também aquilo que tem a ver com as intervenções de Reabilitação, Construção e Ampliação e Conservação de Redes dos pequenos Sub-Sistemas de Abastecimento de Água que integrámos, e que carecem também de intervenções de melhoria, nalguns casos intervenções significativas. Naquilo que tem a ver com os resíduos sólidos não posso deixar de destacar um projecto que foi recentemente distinguido, nomeadamente o Projecto de Recolha Porta a Porta, e o projecto em que estamos a trabalhar, que designámos de Compostar é Reciclar.-----

-----Destacar aquilo que tem a ver com a aposta no Turismo, nomeadamente com as intervenções que estão a decorrer no Largo Cónego Manuel Fernandes Nogueira, no Piódão, com a Realização do Posto de Turismo também no Piódão, com a construção da Zona de Lazer em S. Martinho da Cortiça, que está a decorrer, bem como as intervenções que estão algumas já a decorrer, no âmbito das Aldeias do Xisto, particularmente a Igreja Matriz de Vila Cova de Alva, intervenção que aqui apreciamos em tempos, que também está neste momento em curso e está também uma intervenção prevista para a aldeia da Benfeita. Estes investimentos são importantes enquanto elementos de valorização do concelho, na promoção do concelho enquanto destino turístico.-----

-----Merece também destaque a Reabilitação das Praias Fluviais, e das Zonas Fluviais nomeadamente aquelas que se preconizam e em que temos vindo a trabalhar, para o Casal Novo, para a Peneda da Talhada e para a Foz d'Égua. Nesta última, estamos a contratar projecto, queremos proceder à substituição da ponte suspensa da Foz d'Égua, que é um elemento distintivo daquele postal e que, como saberão, está interdita por questões de segurança, e parece-nos que fará sentido que possa ser substituída.-----

-----Destacar um investimento considerado na Requalificação do Parque de Campismo do Sarzedo, que tem aqui uma componente de fundos do Turismo de Portugal de sensivelmente 100 mil euros e que implicará um investimento global na ordem dos 300 mil euros.-----

-----Destacar nas áreas da *Cultura, do Desporto, do Lazer e do Recreio* aquilo que está considerado nomeadamente ao nível do nosso património material e imaterial, destacando a candidatura que temos em curso para a dinamização do Acampamento Militar da Lomba do Canho, bem como para a Reabilitação da Capela do Senhor da Agonia. Ao mesmo tempo um esforço acrescido ao nível da Requalificação e Manutenção dos Caminhos Pedestres Concelhios. A par destes investimentos não posso deixar de destacar aquilo que é o valor associado às nossas Associações, o apoio muito determinante que entregamos às Associações e Colectividades na área do Desporto e da Cultura.-----

-----A *Rede Viária* continuará também a merecer a nossa atenção, conscientes que já foi muito feito, mas que ainda muito há para fazer.-----

-----A manutenção da *parceria com Juntas e Uniões de Freguesia*, que são um elemento essencial na estratégia de desenvolvimento do concelho, que está também bem materializada nestes elementos previsionais.-----

-----Também a aposta da área da *Educação* em que o investimento municipal é superior a um milhão de euros, em que para além daquilo que tem a ver com o funcionamento de alguns serviços de algumas respostas de retaguarda às famílias,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

temos também a considerar as intervenções de remoção do amianto na EB1 de Pombeiro da Beira e na EB 2,3 de Côja, a Escola Básica Professor Mendes Ferrão. Intervenções também de manutenção de equipamentos no pré-escolar e aqui merece particular destaque uma intervenção que temos considerada para o espaço do Jardim de Infância do Sarzedo.-----

-----Também não posso deixar de destacar as intervenções relacionadas com a *Regeneração Urbana de Arganil*, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana; a este respeito queria dizer-lhes que a empreitada que está presentemente em curso deverá estar concluída antes do final do ano, pelo menos é essa a calendarização que está estabilizada e que está fixada. Ainda nesta área, queria destacar e reiterar esta solicitação que temos vindo a fazer à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Governo, relativamente à Galeria Hidráulica da Fonte de Amandos, que como sabem é uma obra de arte que está actualmente na esfera da Agência Portuguesa do Ambiente e que para além das condições deficitárias que apresenta actualmente está a colocar constrangimentos ao nível da avenida central de Arganil.

-----Queria dar-lhes nota também dos passos sólidos que temos vindo a desenvolver relativamente ao processo de Reabilitação do Teatro Alves Coelho, cujo projecto de execução foi já entregue, foi já reencaminhado para as várias entidades que têm que ser chamadas obrigatoriamente à emissão de parecer prévio vinculativo, algumas delas já responderam, outras ainda não.-----

-----Finalizando, destacar as *medidas de apoio às famílias e às empresas*, através do exercício das nossas competências em matéria tributária, com a manutenção do IMI no seu intervalo mínimo, de 0,3% relativamente aos prédios urbanos, com as reduções para as famílias com filhos, Derrama à taxa de 0% sobre os lucros das empresas, os tarifários muito competitivos ao nível do abastecimento de água, saneamento e das águas residuais. Queria destacar estes elementos que são elementos de afirmação da atractividade do concelho e que contribuem também para que Arganil seja considerada uma autarquia familiarmente responsável.-----

-----Contas feitas, estamos a falar de um Orçamento que totaliza o valor de 23.395.637,00€, um bocadinho superior ao valor que tínhamos considerado no ano de 2019, para o ano de 2020.”-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Rui Silva** para referir que “pouco terei a dizer sobre o conteúdo do documento, simplesmente que é um Orçamento de 23,4 milhões de euros, o maior de sempre, e que as transferências do Estado também atingiram o top de 8 milhões de euros, também o maior de sempre, neste caso das transferências do Estado, com o incremento em crescimento, também este indicador, o maior de sempre dos últimos dois anos. De facto, é bom que assim seja, mas também é preciso que se faça o enquadramento destes valores para que a interpretação sobre tudo o que ao envolvimento financeiro contém. O Senhor Presidente, na sua apresentação, referiu dois grandes investimentos, nomeadamente a Zona Industrial da Relvinha, Este e Oeste, e o investimento no Sistema da Água, no concelho, que envolve valores brutais; todavia, também é preciso que se diga que a comparticipação também é das maiores de sempre, 85%, e é também por isso que se consegue fazer tanto. É muito bom, e é graças a esse apoio da Comunidade Europeia que a Câmara Municipal de Arganil consegue abarcar estas obras.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Mais uma vez cai-se no erro de não haver tempo para uma análise cuidada deste documento; para além de não ter chegado com a antecedência devida, e mesmo que isso tivesse acontecido, e já o referi em reuniões anteriores, para casos idênticos, dois dias é muito pouco para analisarmos um documento com esta profundidade porque não se trata de aprovar um subsídio a uma colectividade nem aprovar um auto de medição e a justificação do atraso não colhe razão, estar pronto hoje ou há uma semana atrás, não vejo qual é a grande diferença; isto para reforçar o meu protesto de não ter conseguido olhar para o documento com o interesse e o cuidado que merece um documento desta natureza, para poder fazer uma crítica, e eu tenho feito sempre críticas no sentido positivo, no sentido de valorizar aquilo que acho importante, dar o meu contributo e não tive essa oportunidade, o que lamento profundamente.-----

-----Na minha opinião, este Plano teria que contemplar algo de novo, de diferente, como lidar com a pandemia em 2021 e era nesta linha que eu tinha particular interesse em analisar o Plano, já que nas outras vertentes, mais ou menos, todos já conhecemos, aliás elas vêm resultantes da actividade de 2020. E sobre esta questão da pandemia, saber de que forma vamos contemplar no Plano medidas que aliviem os prejuízos das nossas empresas mais afectadas e sustentar a imprevisibilidade da pandemia. Por exemplo, há municípios que já estão a colaborar com as actividades económicas, e vi o exemplo de municípios que estão a subsidiar os transportes, como táxis, para irem buscar a comida aos restaurantes, aos mercados, e entregá-las directamente às pessoas. Assim apoia-se o comércio e também os transportes, dois sectores que nestes últimos tempos têm tido grandes derrapagens financeiras. Este é o meu voto de revolta de não ter conseguido, com tempo, fazer uma análise profunda a este projecto.”-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Fernando Vale** para dizer que “acompanho tudo aquilo que foi referido pelo vereador Rui Silva. Gostaria de saudar a reestruturação do documento porque facilita muito a sua análise, muito embora o tempo de que dispusemos para análise do mesmo, não fosse o mais adequado.-----

-----Regista-se que o empolamento do Orçamento se tornou mais subtil, ele existe, está cá, mas já não aparece de forma gritante em algumas rubricas que tornavam óbvio este empolamento.-----

-----Relativamente à nota de abertura, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, relativamente a uma afirmação que realiza na nota de abertura, e que diz o seguinte: *o mandato de 2017-2021 é aquele que registará o maior volume de investimento público de sempre, no concelho de Arganil; 12 milhões de euros na área do Abastecimento de Água, do Saneamento das Águas Residuais e dos Resíduos Sólidos Urbanos.* Gostaria de perguntar se este investimento é respeitante unicamente a investimento do município ou se engloba também investimento externo, como por exemplo da Águas do Centro Litoral. Também comentar uma frase que é referida na nota de abertura e que diz o seguinte: *ao nível da Protecção Civil o Orçamento e as GOP reflectem um esforço assinalável que ultrapassa os 1,2 milhões de euros; prevenir, proteger e salvaguardar são os grandes desígnios do serviço municipal de Protecção Civil na sua intervenção e resposta ao quadro de risco e ameaças que comprometem a segurança de pessoas e bens, bem como no património do Ambiente.*





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Eu ainda não me apercebi da existência do Serviço Municipal de Proteção Civil, por isso acho caricato esta frase que aqui se encontra. Perguntar, relativamente a um aspecto que referiu, na sua intervenção inicial, quanto à reutilização de águas residuais da ETAR da Relvinha; o financiamento que está referido é indefinido, e apenas se encontra um euro, de financiamento definido, relativamente a este investimento; gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se este investimento é de facto para ser realizado ou se é apenas para constar no documento. Também se considera que, como já temos vindo reiteradamente a afirmar, que o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do nosso concelho, é bastante reduzido, e que, mercê do trabalho relevante e muito significativo que realizam, este apoio devia ser aumentado. Também referir que consideramos bastante reduzidas as despesas que se encontram alocadas à prevenção, contenção e mitigação da pandemia do COVID 19, pois apenas se encontram alocados 100 mil euros para esta componente, muito embora se diga que a dotação atribuída a esta área pode ser ajustada em função das necessidades; mas o sinal que se dá é que há uma falta de empenho e determinação no combate a esta pandemia e considero que o montante que devia estar alocado a esta rubrica devia ser bastante maior. Referir que na implementação da rede secundária que faz gestão combustível, onde estão alocados 100 mil euros, este valor não cumpre o planeamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que para 2021 prevê um investimento de 130 mil euros. Também não prevê um valor para a realização coerciva de gestão combustível, conforme está previsto no Decreto-Lei nº 124/2006, para a salvaguarda de pessoas e bens. Encontra-se um reforço de 50 mil euros na Ação Social para atender à situação epidemiológica que se vive; considero também que é um valor exíguo para a seriedade do momento que vivemos e das dificuldades que as famílias vivem, relativamente à pandemia. Perguntar ao Senhor Presidente, no Ordenamento do Território, o investimento que aqui está referido, de 23.616,00€, estratégia local de habitação, se é um investimento que diz respeito unicamente ao diagnóstico das carências existentes no concelho, ou se é para fazer algum investimento na recuperação de habitações. Relativamente ao Desporto, Recreio e Lazer, refere uma transferência para Associações e Colectividades de 200 mil euros; também consideramos que este apoio é pouco expressivo para a actualidade que todos estamos a vivenciar. É um período de grande inactividade e de acumulação de despesas que estas colectividades estão a registar e por isso considera-se que este apoio devia ser significativamente reforçado. Relativamente aos transportes rodoviários, refere-se um investimento de 1.250.000,00€ na rede viária municipal, mais 200 mil euros na conservação; é um festival de alcatrão, prenúncio da propaganda eleitoral que se avizinha, em 2021. Também referir que se encontra referido um valor para as Juntas e Uniões de Freguesia, de 550 mil euros, em virtude dos contratos programa, mas encontrei apenas um valor de 200 mil euros; queria perguntar ao Senhor Presidente se este valor de 550 mil euros é algum valor que não foi pago de anos transactos ou se é uma gralha da redacção. Para já, neste primeira intervenção que faço, devo referir que não aparece uma única palavra acerca do Cineteatro Alves Coelho, nem nas GOP nem no Orçamento, o que nos preocupa."-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Luis Almeida** para referir que "O Orçamento, enquanto documento, assume particular relevância para a actividade municipal e por conseguinte para o futuro do concelho, pelo que o debate e discussão se revela de importância acrescida. Este é um Orçamento superior a 23 milhões de euros, que resulta num documento previsional, e que procura ser o mais abrangente e transversal possível às necessidades do território, das pessoas, das famílias e das empresas. Queria aqui deixar uma nota, até porque este é o último Orçamento deste mandato, naquele que considero, e julgo que todos aqueles que forem honestos intelectualmente também o reconhecem, como sendo porventura o mandato mais exigente de que há memória; 2021 não será diferente, será mais um ano difícil, marcado pela incerteza, pela indefinição que a pandemia nos trouxe a todos e que nos obriga, dia após dia, a reinventar e planear de novo. No entanto, apesar de todas as contrariedades e obstáculos, que têm surgido pelo caminho ao longo dos últimos 3 anos, eu diria quase que à média de uma catástrofe ou de uma intempérie por ano, foi possível, ainda assim, manter o foco no rumo que traçámos para o concelho em 2017, de acordo com o compromisso sufragado pelos arganilenses. E, por muito que custe ou seja difícil de aceitar, este mandato ficará para a história, marcado pelo maior investimento público de que há memória no concelho. E, quando referimos investimento público, naturalmente que resulta de investimento directo por via do Orçamento do Município, mas também por via de participação nacional ou comunitária, que nunca surge por acaso; ou seja, todo o investimento que é atraído para o território, resulta de projectos, de candidaturas, de cooperação e resulta da insistência, que se exige e que se espera do Presidente de Câmara, lutando diariamente pelos superiores interesses e pela melhoria das condições para o seu concelho.-----

-----Queria destacar algumas intervenções ou investimentos nas mais diversas áreas, procurando não me alongar muito. Na área do Desenvolvimento Económico temos que destacar e nunca é demais lembrar, o investimento superior a 5 milhões e meio de euros, quer seja por via da conclusão da Qualificação da Relvinha Este ou da Ampliação da Relvinha Oeste; trata-se duma forte aposta deste executivo na captação de novos investimentos para o território. Com este investimento, esperamos atrair e fixar pessoas, procurando atrair quadros mais qualificados.-----

-----Na área da Protecção Civil, há um reforço de verba, superior a 1,2 milhões de euros. Queria destacar a dotação, que é previsional, de 100 mil euros no combate e mitigação dos efeitos associados da pandemia, que sendo um valor significativo, repito, é meramente previsional, e que só pode ser encarado como reduzido se assumirmos ou tornarmos como expectável o contínuo atraso das medidas de apoio previstas pelo Estado quer às pessoas, quer às empresas. Saliento ainda, os 300 mil euros que esperamos que venham a ser concretizados no Centro Municipal de Protecção Civil.-----

-----Em matéria de Ação Social continuamos a apostar na integração da comunidade migrante no concelho, através de candidatura, já aprovada ao FAMI. Reforçamos a dotação atribuída ao Projecto Arganil Solidária, num reforço em cerca de dez vezes a dotação anterior, no apoio às famílias carenciadas no concelho, procurando uma vez mais mitigar os efeitos da COVID-19, valor este que será sempre previsional, e ajustado às necessidades, como deve ser um instrumento desta natureza.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Uma vez mais a Educação continua a ser uma forte aposta deste executivo, resultando num investimento superior a um milhão de euros; quero destacar a continuidade das ações de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo, mas também a oportunidade para a remoção de amianto na EB1 de Pombeiro da Beira e na EB 2,3 de Côja. -----

-----Ao nível do Ordenamento do Território, a contínua requalificação e modernização da rede viária do concelho, com dotação superior a um milhão e meio de euros. Julgo que qualquer Junta de Freguesia ou município, entende este investimento como necessário, como estruturante, e que nenhum deles o entenderá como dispensável. Relembro que este investimento na requalificação e na modernização da rede viária no concelho, tem vindo a ser contínuo e transversal por todo o concelho e não começa apenas a um ano de eleições; este valor de um milhão e meio de euros, resulta de um valor de continuidade do investimento que tem vindo a ser feito nos últimos tempos. Salientar ainda, a requalificação do espaço público, em vários pontos do concelho. Também a estratégia Local de Habitação, que é um instrumento que procura identificar carências mas também especificar soluções habitacionais que se venham a desenvolver no futuro. Destacar a Reabilitação do Mercado Municipal, numa clara aposta na refuncionalização daquele espaço e também da dinamização da economia local.-----

-----Ao nível do Turismo, destacar a mais-valia para o território, de projectos como o Largo e o Posto de Turismo do Piódão, a Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça ou a Requalificação do Parque de Campismo do Sarzedo. -----

-----Em matéria de Ambiente, entendo que continuamos a colocar o concelho no caminho da sustentabilidade ambiental, através da implementação de programas como o PRUVA, reconhecido recentemente na última edição do Planetiers e outros projectos, bem como avultados investimentos, designadamente a ETAR da Sanguinheda, o Sistema de Fecho da Alagoa, a extensão de saneamento do Casal de S. José, investimentos que ultrapassam os 2,6 milhões de euros. -----

-----Por último, as medidas de apoio às famílias e às empresas, que resultam na manutenção das taxas mínimas de impostos municipais, ou através de incentivos diversos à fixação de pessoas no território. E, para aqueles que acham que se faz pouco, realçar que pelo quarto ano consecutivo, o Município de Arganil é reconhecido como Autarquia Familiarmente Responsável, através do observatório para o efeito, sinal e prova de que uma entidade isenta, constata que Arganil é uma autarquia que olha pelas famílias, que cuida dos seus municípios e zela pelas suas empresas. Em suma, estamos perante um Orçamento que permite ao concelho e aos arganilenses terem confiança no futuro."-----

-----Pedi a palavra a Senhora **Vice-Presidente** para se congratular "com este Orçamento pela sua elevação e também pela apresentação. Congratular-me pelo investimento feito nas áreas que me são mais directamente relacionadas, a Cultura e o Turismo, em que está aqui bem expressa a aposta que este executivo tem feito em dinamizar o Turismo, mas a criar forma estruturada, elementos e valorizar o seu património; não só o seu património imaterial mas o seu património material também; conforme o Senhor Presidente fez relevância nomeadamente ao nível da dinamização da Lomba do Canho, como há tempos expressou que estávamos a fazer





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

as pazes com a arqueologia, também a Capela do Senhor da Agonia e mais o Núcleo Museológico do Piódão. Isto vem reforçar mais uma vez toda a aposta que temos feito em criar espaços que evidenciem, que deixem as nossas memórias e que perpetuem o nosso património.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para fazer um “apontamento prévio, na sequência da intervenção do senhor vereador Rui Silva, para dizer que compreendo o seu apontamento crítico, relativamente ao pouco tempo que teve com disponibilidade para poder apreciar este documento. Queria contudo, não é que isto possa justificar do ponto de vista da formalidade, este curto e reduzido espaço de tempo, mas se não o justifica na formalidade, justifica pelo menos na realidade; curiosamente, acho que já há um ano tivemos aqui uma conversa parecida porque a técnica com quem eu vinha a trabalhar, na área financeira, desde 2005, a Dr.ª Sara Rodrigues, depois de muitos travões que lhe colocámos, já não era possível evitar, do ponto de vista da justiça comparativa, que não se permitisse a mobilidade dela para a autarquia da terra dela, que é Miranda do Corvo, depois do Presidente da Câmara de Miranda do Corvo também ter abordado por várias vezes, relativamente a essa solução, como sabem, acabou por se autorizar a mobilidade da Dr.ª Sara Rodrigues para Miranda do Corvo e já há um ano tivemos aqui uma situação parecida porque a técnica que tinha ficado com esta matéria estava ainda num meio de adaptação às novas exigências; eis senão quando essa mesma técnica, não se pode dizer que foi inesperadamente, porque naquele caso as coisas não acontecem por acaso, mas o que é certo é que para felicidade dela, entretanto engravidou, infelizmente teve uma gravidez de risco, e o que aconteceu foi que voltámos a ter aqui um grande constrangimento, com a necessidade de afectar outras pessoas a esta missão, que também, claramente, não estavam muito rotinadas com o assunto. Compreendo o seu apontamento crítico, associo-me a ele, do ponto de vista formal reconheço que o tempo devia ser mais, a justificação prática é esta e aquilo que lhe peço é que também compreenda estas razões que nos fogem completamente ao controlo e depois proporcionam este tipo de acontecimentos que gostaríamos que tivessem sido de outra maneira.”-----

-----O senhor vereador começou por falar das transferências do Orçamento do Estado, queria sublinhar que provavelmente, e pela primeira vez, haverá no ano de 2020 um ganho líquido face àquilo que tinha sido o momento de outra transferência de valor mais elevado, salvo erro em 2009 ou 2010, e que teve a ver com um assunto de que costumo aqui falar, e tenho que reiterar, que é a circunstância de se verificar, por um lado, que no ano transacto já tinha também havido um aumento das transferências por via do Orçamento do Estado, mas também era verdade que se mantinham as medidas do tempo da Troika, relativamente ao IVA sobre a electricidade, às contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, que neste ultimo caso passaram de 10% sobre a massa salarial, para 23,75%, manteve-se esta medida, ao mesmo tempo que pagamos esta taxa acrescida continuamos a suportar todas as eventualidades, com excepção da aposentação; é um assunto que já transmiti no âmbito do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, e também foi reportado formalmente e por essa via ao Governo, pois eu próprio já o fiz várias vezes, porque isto não faz sentido, e ao mesmo tempo é bom de ver aquilo que pode ser o impacto financeiro do aumento da taxa do IVA de 6% que era aquela que





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

existia antes da Troika, para 23%, que é aquilo que temos actualmente. Quero com isto dizer que os aumentos que aconteceram nos anos anteriores estavam totalmente absorvidos por este aumento da carga fiscal e contributiva que os municípios suportam para com o Estado, e este ano, pela primeira vez, ou para o ano de 2021, pela primeira vez no pós Troika, haverá efectivamente uma recuperação da capacidade financeira, que tínhamos vindo a perder nestes anos todos. Esse é o aspecto que quero sublinhar, como positivo. Quero também dizer que estas transferências que vão ter, para os municípios que delas beneficiam, um aumento em 2021, mas ainda assim, merecem o apontamento crítico da Associação Nacional de Municípios porque aquilo que se verifica é que continua a não ser dado cumprimento à Lei das Finanças Locais. Está estabelecida uma fórmula de distribuição dos impostos que são arrecadados pelo Estado, pelos Municípios, o senhor deve lembrar-se disso que ela nunca foi cumprida, a verdade objectiva é essa, nunca nenhum Governo deu cumprimento àquilo que estava acordado na Assembleia da República em matéria da Lei das Finanças Locais. No ano de 2021 continua a não ser dado cumprimento à Lei das Finanças Locais, mas ainda assim quero reconhecer esta aproximação àquilo que é a aplicação dessa mesma lei e reconhecer, particularmente, este aumento de transferências por via do Orçamento do Estado, para o município de Arganil.-----

-----Queria também comentar aquilo que disse, relativamente aos investimentos que estão a acontecer no concelho, começando por dizer que não vale a pena termos ilusões, pois num concelho com as características de Arganil, um investimento faz-se, ou consegue concretizar-se, através daquilo que é o alavancamento das participações comunitárias, ou através da concretização, na sequência das reivindicações do município, às instituições da Administração Central, ou então naquilo que são as empresas públicas em que também participamos, no caso a Águas do Centro Litoral. E fora disso, é uma questão de fazer contas, mas pouco mais daria para fazer do que para pagar a funcionários, electricidade e as transferências das Juntas; não daria para muito mais que isso e nesse aspecto, volto a dizer, que aqui os resultados que estamos a conseguir têm muito a ver com a capacidade que tem existido de submeter candidaturas e aprovar candidaturas e também das parcerias que temos conseguido construir; isso é o que faz a diferença, porque sem estas participações, sem o investimento público de outras entidades, como é o caso da Águas do Centro Litoral, ou da Infra-estruturas de Portugal, naturalmente que o cenário seria completamente diferente.-----

-----Falou de um projecto que temos acompanhado com alguma atenção, nomeadamente um projecto de Matosinhos, de distribuição de refeições ao fim-de-semana, mas devo dizer que não tomámos ainda nenhuma decisão por uma razão simples, temos que ter a noção que as realidades são diferentes; no concelho de Matosinhos estamos a falar de um número de restaurantes superior a mil, se a memória não me falha são mais de 1400 e efectivamente é um sector, naquele município, que depende muito daquilo que é o negócio de fim-de-semana. Sabemos que a nossa realidade é diferente, tirando a época turística, e esse serviço, no âmbito do sector do turismo, já está prejudicado por via das restrições que estão implementadas, do ponto de vista daquilo que é o negócio local de fim-de-semana, sabemos que ele é bastante reduzido. Ainda assim, temos acompanhado esta solução





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

com interesse, ainda não tomámos nenhuma decisão, mas quando tivermos alguma posição, daremos nota da mesma.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor vereador Fernando Vale, relativamente ao investimento na área do abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos, de 12 milhões de euros neste mandato de 4 anos, aquilo que refiro é investimento público e como tenho dito é investimento público realizado através do município, de uma forma significativa, com acesso a fundos comunitários, e também aquilo que tem a ver com o Sistema Intermunicipal, da Águas do Centro Litoral, que tem aqui um impacto muito significativo, que como disse há dias, devia estar concretizado já no final de 2008, e que finalmente, depois de muita luta e muita reivindicação, está já concretizado o de Alagoa-Feijoaal e estão em curso os Sistemas de Alqueve, de Pomares e de Vila Cova de Alva. Sobre as águas residuais da Relvinha, este projecto está aqui considerado numa perspectiva de futuro, ou seja, a elaboração do projecto que estamos em fase de contratação implica algum trabalho técnico ainda demorado, não é um projecto simples que possa ser feito numa semana, e aquilo que nós vimos recentemente foi a abertura de um Aviso de Candidatura para este tipo de intervenções, com um prazo de candidatura muito apertado, e que não dava sequer para preparar o projecto. Se eventualmente foram apresentadas candidaturas, certamente seria de projectos de execução que já estariam realizados, porque nós ainda tentámos, mas percebemos que o espaço temporal disponível não era suficiente. Acreditamos que possa surgir outro Aviso de candidatura similar a um que esteve aberto recentemente com um prazo muito apertado e que não permitiu a submissão dessa mesma candidatura. Relativamente à questão dos apoios para os Bombeiros, para a pandemia, há uma coisa que eu queria lembrar porque parece-me que às vezes não há essa percepção; o papel dos municípios não é substituírem o Estado, por uma razão evidente, por cada euro que é transferido, por via do Orçamento do Estado, o Estado arrecada 7 mil, por cada euro que chega a Arganil, o Estado arrecada 7 mil; termos a ideia que, com esta diferença abissal, de valores arrecadados, são os municípios que vão dar resposta àquilo que são as obrigações do Estado e do Governo, é algo que não é adequado. Eu também concordo que o apoio aos Bombeiros é reduzido, mas também tenho que destacar que a responsabilidade e a competência de financiamento dos corpos de Bombeiros, tirando os municipais, e nós não temos bombeiros municipais, é responsabilidade do Governo. Acho que o Governo tem obrigação, tem o dever de financiar de outra forma as Corporações dos Bombeiros. Já há muito tempo e isso tem sido publicamente apresentado, que as entidades representativas dos Bombeiros reivindicam um estatuto financeiro que seja definido para também terem previsibilidade nas suas receitas. Quero por um lado dizer que sim, que aquilo que é o apoio financeiro aos bombeiros é reduzido, mas é reduzido por parte do Estado, por parte do Governo, que tem a obrigação de fazer este financiamento e aí sim, verifica-se uma falta de empenho e determinação e o incumprimento daquilo que é uma obrigação legal por parte do Governo. Quanto à estratégia local de habitação, trata-se de um instrumento de planeamento, é um estudo que tem que ser elaborado para que os privados possam aceder aos instrumentos financeiros que se perspectivam sejam implementados para intervenção no parque habitacional. Da mesma maneira que há um conjunto de instrumentos financeiros, naquilo que tem a ver com os imóveis em área de habitação urbana, da





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

mesma forma, para o território concelhio, e para o acesso a esses instrumentos financeiros, é necessário que esteja elaborada e aprovada esta estratégia local de habitação. É um processo em que muitos municípios estão a trabalhar e a Câmara de Arganil também. Voltando um pouco atrás, naquilo que tem a ver com os apoios concedidos às corporações de bombeiros, não posso deixar de sublinhar que, pese embora não seja obrigação do município, não posso deixar de sublinhar que os apoios que prestamos às corporações dos Bombeiros, atingem valores que nunca, no passado, atingiram. Há aqui um apontamento que eu até solicitava o contributo do senhor vereador, porque eu não pretendo ter nenhum festival de alcatrão no concelho; até posso dizer-lhe que já fiz uma abordagem aos Presidentes de Junta eleitos pelo PSD, para perceber quais é que são as estradas que não necessitam de intervenção; infelizmente, a resposta foi que, para além daquelas que estão diagnosticadas, há outras que também necessitam, mas apelava à sua sensibilização aos autarcas das freguesias da área do Partido Socialista, para ver quais é que prescindem de alcatrão, para evitarmos um festival de alcatrão. Nós não queremos ter nenhum festival de alcatrão, por isso se quiser dar o seu contributo, esteja à vontade. Relativamente aos apoios para as Juntas de Freguesia, não há nenhuma gralha, há várias componentes que contribuem para a parceria que está estabelecida com as Juntas de Freguesia, que se subdividem nos Contratos Programa, que foi o valor que referenciou, temos os acordos de execução, temos as delegações de competências, temos a afectação directa de pessoal, temos a transferência de meios financeiros para contratação de pessoal quando não há afectação de pessoal; não lhe consigo dizer qual é o valor concreto que está aqui considerado de apoio às Juntas de Freguesia, mas é claramente superior a um milhão de euros. Queria esclarecer essa situação porque continuamos como antes, a acreditar que esta parceria com as Juntas de Freguesia é essencial para dar resposta a muitas das necessidades do nosso concelho. No que se refere ao Teatro Alves Coelho, na nota de abertura falo do Teatro Alves Coelho e nos documentos previsionais também está lá reflectido este projecto; aquilo que disse não está de acordo com o que está nestes documentos previsionais."-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Rui Silva** para dizer que "o Senhor Presidente falou, em termos comparativos, que os Bombeiros têm recebido mais do que alguma vez receberam, de facto é verdade, e eu aplaudo isso. Mas eu às vezes faço uma extrapolação para o anteriormente, para quando fui Presidente da Câmara, em termos de investimentos participados; por exemplo, a Zona Industrial da Relvinha, ao tempo, também foi participada com uma taxa de 65%; o Mercado Municipal foi de 50%. A maior taxa que alguma vez se conseguiu foi de 70%, e bastava envolver interesses económicos para as taxas reduzirem drasticamente, porque havia depois proveitos, e falo do Mercado Municipal, em que havia proveitos depois da venda e aluguer dos espaços e as percentagens eram muito mais baixas. Hoje goza-se, e ainda bem, de taxas muito mais vantajosas, mas anteriormente lutava-se com unhas e dentes para se conseguir fazer as coisas e com taxas muito reduzidas e com imensas coisas que havia para fazer e não havia disponibilidade financeira."-----

-----O Senhor **Presidente** referiu "senhor vereador, aquilo que diz é absolutamente verdade; também é verdade que ainda subsistem alguns instrumentos de





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

financiamento em que as taxas de comparticipação são significativamente mais baixas; posso dar-lhe um exemplo concreto da substituição da conduta adutora entre Vila Cova de Alva e Côja, um investimento superior a 300 mil euros, e em que vimos grandes dificuldades para conseguir uma comparticipação, naquele caso, inferior a 30%; mas é verdade que, felizmente, a regra é de aproximar aos 85%. Por isso é que eu disse aquilo que disse, a questão do investimento municipal, a diferença entre ser significativo ou não ser significativo, tem muito a ver com a capacidade de ter projectos com capacidade de os aprovar e de fazer e aprovar as respectivas candidaturas. Sem esse alavancamento que, até por aquilo que diz e concordo consigo, é determinante para conseguirmos estes volumes de investimento, sem esse alavancamento, sobrava muito pouco para além de pagar a pessoal, electricidade, e tapar buracos. É verdade que as intervenções que fazemos são determinadas de forma significativa pelo acesso às comparticipações; isso é matemático e é algo que também quero reconhecer porque também representa o esforço dos países mais desenvolvidos para com aqueles que, dentro da União Europeia, estão abaixo da média comunitária e têm acesso aos fundos de coesão.”-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Fernando Vale** para “reforçar a evolução das receitas provenientes do Orçamento do Estado; fazendo uma comparação com as transferências provenientes do Orçamento de Estado em 2015, próximas dos 6 milhões de euros, para as transferências provenientes do Orçamento de Estado em 2021, na ordem dos quase oito milhões de euros. Isto representa um aumento, relativamente a 2015, de 32,4% e, relativamente a 2020, um aumento de 606 mil euros. Isto significa uma aposta clara do Governo no reforço do papel dos municípios e também mostra que os mecanismos de combate à crise são diametralmente opostos àqueles que se adoptaram em 2008/2009. Em vez de uma retracção do investimento público, o que se verifica é uma expansão do investimento público suportado no papel do Estado e suportado no papel da União Europeia, que tem previsto um pacote de investimento nos estados membros da União Europeia brutal, e só para Portugal isto significa, até 2026, 14 biliões de euros. Esta abordagem é uma abordagem que vai trazer desenvolvimento, que vai trazer muito investimento e os municípios vão ser uma parte bastante importante na alocação destas verbas e dos investimentos que estão a ser construídos no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência. Relativamente à alusão dos 12 milhões de euros, uma parte significativa deste investimento que é aqui referido é proveniente então da Águas do Centro Litoral, uma empresa pública do sector empresarial do Estado, no qual o Município de Arganil tem uma participação apenas de 0,47%. Parece-me que esta referência na nota de abertura não é muito correcta e é pouco escrupulosa, dá a entender que é um investimento global do município, quando de facto não o é. Relativamente ao apoio à pandemia, aos Bombeiros, a minha intervenção não é no sentido do município se substituir ao Estado, é de complementar os apoios que o Estado dá; e como temos vindo a verificar, em muitos concelhos, o suporte que é dado relativamente aos Bombeiros e mais especificamente a esta questão do COVID 19, é bastante mais robusta do que o apoio ou a atenção que o município de Arganil dá a estas questões. Não quero que o município de Arganil se substitua ao Estado, quero é que complemente os apoios do Estado, de forma a minorar os problemas sócio-





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

económicos, que advêm desta crise pandémica. Podemos invocar exemplos muito próximos de nós que constataam o que acabo de referir. Referir que só encontro referência ao Teatro Alves Coelho na nota de abertura, no resto do documento não encontro, por isso solicitava ao Senhor Presidente que me indicasse o sítio onde está referido este investimento; confesso que só fiz uma busca por palavras e não encontrei. Queria também pedir algumas informações relativamente a alguns projectos que estão no Orçamento, referentes a participações de obras, código 06.03.06.01, FSE, 449.560,00€; outros fundos comunitários 34.081,00€; FEDER 191.588,00€; outras 379.474,00€. Relativamente ao código 100.3.07, estado de participação comunitária, projectos co-financiados, FEDER, uma verba de 4.898.815,00€; PRODER/FEADER, 212.047,00€ e fundo de coesão 184.998,00€. Colocar uma questão, verifica-se que no Contencioso há aqui onze contra-ordenações referentes a gestão de faixas de combustível; o que pretendo perguntar é se estas contra-ordenações foram levantadas por incumprimento da gestão de combustível nestas faixas.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor vereador **Luis Almeida** para referir que “relativamente à intervenção do senhor vereador Rui Silva, que deu o exemplo do Mercado Municipal, também o valor que aqui está considerado e previsto, ascende mais ou menos a um financiamento expectável de cerca de 50%; isto a título de esclarecimento.”-----

-----Relativamente à intervenção do senhor vereador Fernando Vale, como o Senhor Presidente também já referiu, é notória a evolução das receitas por via do Orçamento de Estado. Estranho foi à data, a postura do Governo do Partido Socialista, liderado pelo engenheiro José Sócrates, através das medidas de combate à crise nos anos de 2008/2009, quando no auge da crise, ignorou uma crise internacional sem precedentes, a fazer lembrar um pouco a situação que se passou agora com as eleições americanas, ou seja, já toda a gente tinha aceiteado que tinha perdido as eleições menos o próprio Donald Trump; na altura isto também aconteceu com o Governo do Partido Socialista, quando já toda a gente tinha percebido que estávamos perante a maior crise internacional, porventura apenas comparável com a segunda Guerra Mundial ou com a queda da Bolsa americana nos anos 20, continuaram numa forte aposta eleitoralista, que verdade seja dita, permitiu a transferência de algum dinheiro para os municípios. Por outro lado, aquilo que se veio a verificar logo a seguir, foi a elevada factura que todos pagámos. E, por muito que custe ao Partido Socialista, a Troika chegou a Portugal por via de um Governo Socialista que foi despesista, que não soube acautelar os interesses do país, e que desbaratou completamente o erário público, gastando muito mais do que devia; portanto, fazer comparações aos tempos da Troika é no mínimo caricato e injusto; posto isto, lamento profundamente a postura daqueles que insistem em ignorar como é que chegámos à necessidade da Troika ter sido chamada para ajudar Portugal. Ignorar isso, parece-me pouco sério e o senhor vereador continua a insistir nessa retórica, ignorando os factos.”-----

-----Dizer ainda que todos nós aguardamos com expectativa a tão anunciada bazuca, que neste momento é uma grande esperança para todos os cidadãos europeus, nomeadamente, para nós portugueses; perspectiva-se que muito dinheiro será





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

transferido para o nosso país até 2026, cabendo ao Governo e aos futuros Governos a sua boa gestão, e como disse e bem, também, os municípios serão parte importante na alocação de verbas, como se espera. Por isso, considero que um município como o de Arganil que apresenta boa gestão e rigor financeiro, com provas dadas em termos de aproveitamento de fundos comunitários, através de estratégias delineadas em áreas diversas, no meu entender, encontra-se preparado para que essas verbas venham e resultem em maior investimento público para o nosso território.-----

-----Voltando ainda ao tema do investimento público no território, e no desconforto que causa ao senhor vereador Fernando Vale a referência aos 12 milhões de euros; já por diversas vezes aqui foi explicado, está escrito, dito publicamente pelo Senhor Presidente; ainda recentemente foi feita a inauguração da ETA da Alagoa-Feijoal que contou com a presença do senhor ministro do ambiente, vindo sempre referido como sendo um investimento da Águas do Centro Litoral; portanto, julgo que já era tempo de ver esclarecida esta questão e ultrapassar assim, o desconforto que aparentemente lhe causa, ouvir falar dos 12 milhões de euros. Não há aqui nenhuma apropriação por parte do município de Arganil deste valor; julgo que temos sido completamente transparentes. Coisa diferente é sermos confrontados com frequência com notícias, assistindo a imensas medidas e anúncios do Governo e depois, na prática, aquilo que resulta é que o tempo passa e é mais do mesmo, e não vemos nada a acontecer.-----

-----Apenas um apontamento relativamente ao Teatro Alves Coelho; o facto de não encontrar no documento, provavelmente deveu-se a erro do motor de busca, quando pesquisou as palavras, porque o Teatro Alves Coelho estará reflectido, salvo erro, no PARU. Ainda assim, é público, e o Senhor Presidente já o disse aqui hoje, elaborámos o projecto de execução, que inclusive, e isso também é público, já foi entregue ao legítimo dono daquele edifício. Acreditamos que, aquele espaço cultural que é uma enorme referência arquitectónica e cultural do nosso concelho, numa próxima oportunidade de financiamento, será possível efectuar candidatura à sua recuperação. Espero, que essa candidatura surja antes da tão proclamada bazuca financeira e que, como o Senhor Presidente dizia numa expressão curiosa, quando da abertura de gavetas do actual quadro comunitário. Que surja a oportunidade que todos ansiamos, que não é uma ansiedade do Partido Socialista, mas uma ansiedade de todos os arganilenses, uma ansiedade que não tem dono, muito menos com um partido a querer mais do que outro, porque de facto desde que entrámos, apesar do edifício não ser propriedade da Câmara Municipal, temos trabalhado em termos concretos e objectivos, e em parceria com o titular do espaço, no sentido de ver recuperado aquele imóvel."-----

-----O Senhor **Presidente** usou da palavra para responder às questões colocadas; "na sequência da intervenção do senhor vereador Luis Almeida, e também reportando à intervenção do senhor vereador Fernando Vale, a intervenção preconizada para o Teatro Alves Coelho, para além de referida na minha nota de abertura, está também considerada na rubrica da reabilitação urbana. Em relação a um conjunto de códigos e rubricas que referiu, eu pediria que, no final, e depois de esclarecer as outras questões, que a Dr.<sup>a</sup> Lúcia pudesse dar resposta, pois não acompanhei tanto os códigos e as rubricas. Relativamente às faixas de protecção, houve uma ação por parte da GNR, de uma forma alargada, em muitos municípios, ação essa que, desde logo, e





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

lamentavelmente, ignorou aquilo que estava fixado num documento também apreciado e votado por parte da GNR, e refiro-me ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este Plano, como sabe, preconiza e faz o planeamento das limpezas das intervenções a nível das faixas de gestão, que estão calendarizadas, que temos vindo a executar, que temos vindo a cumprir, e recordo que relativamente às contas que prestámos acerca do ano de 2019 aquilo que foi possível evidenciar foi uma taxa de execução superior a 100%, face àquilo que estava fixado no Plano; fizemos mais do que aquilo a que legalmente estávamos obrigados. O que é certo é que a GNR, nestas visitas que foram feitas aos municípios do território, isto é uma realidade transversal a todos os municípios, resolveu ignorar aquilo que estava definido no próprio Plano, que a própria GNR também, no nosso caso, votou favoravelmente. Resolveram fiscalizar faixas de gestão que, no Plano, estão previstas ser executadas no ano de 2021, e por aí fora. Este é um constrangimento, acerca do qual já manifestámos formalmente o nosso desagrado, pelas coisas acontecerem desta forma. Há, contudo, um outro problema, que não é menos grave, que está relacionado com a imperatividade de executar as faixas de gestão e por outro lado aquilo que é a colisão com os interesses particulares. Refiro-me essencialmente àquilo que são as faixas de paralelas à rede viária; tivemos aí, curiosamente, duas ou três situações que tenho ideia que também estão consideradas por irónico que pareça, e estas situações são diferentes das que referi há pouco, estão consideradas nestes Autos de Contra-ordenação, em que se trata de faixas de gestão que estavam contratadas, que estavam a ser executadas, que os proprietários no momento da limpeza se opuseram à respectiva execução, oposição essa que determinou o accionamento da GNR local para fazer o relatório da ocorrência; nessas situações ainda temos a circunstância de termos feito participação ao tribunal acerca deste constrangimento, que foi a impossibilidade de, naquelas situações, fazermos a limpeza das faixas de gestão, porque os particulares não deixavam e porque a GNR o que dizia, e bem, era que é um órgão de fiscalização e não um órgão judicial, e depois temos o caso de nestes processos que foram para Tribunal, o Tribunal absolver os visados. Neste momento o que temos são estes casos concretos de faixas de gestão, que tentámos fazer, não nos foi permitido que fossem feitas, que temos todas as evidências, inclusivamente os relatórios da GNR, a atestar que não foram feitas, temos a sentença judicial decorrente desta situação e estamos a preparar uma exposição ao Senhor Ministro da Administração Interna, porque nos parece que a legislação que se aplica aqui a esta matéria em particular, carecerá de alguma revisão para que este tipo de situação não possa voltar a acontecer, porque se de repente a moda pega, e com base no conhecimento de uma sentença destas, os particulares começam todos a impedir a limpeza das faixas de gestão, vamos ter um problema sério. Há aqui esta contrariedade de haver sentença que quase que está desalinhada com aquilo que é pelo menos o espírito da lei, e esta contrariedade, como disse há pouco, estamos a preparar um documento para expor esta situação, que é seria demais e parece-nos que justifica alguma alteração legislativa para obviar este tipo de situação.”-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Fernando Vale** para dizer que “na última intervenção que realizei esqueci-me de referir um assunto relativamente a um





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

comentário do Senhor Presidente, que referiu, se bem me recorde, que tinha conferenciado com os Presidentes de Junta do PSD e que nenhum tinha considerado que eram obras a mais, e para eu fazer o mesmo com os do Partido Socialista; o que lamento é que o Senhor não fale com os Presidentes de Junta do PSD e do PS, da mesma forma, pois pelo que referiu, parece que não é isso que acontece. Relativamente á obras que estão previstas a nível de pavimentação, o que se verifica, e corrija-me se eu estiver enganado, é que não há festival de alcatrão nas freguesias do Partido Socialista; temos condições rodoviárias bastante graves e debilitadas, por exemplo na Freguesia de Folques, ao pé do Salgueiro, não sei se está previsto para 2021 alguma intervenção nessa estrada, e na freguesia de Folques, aproveito para lhe perguntar se está previsto. Da mesma forma, na União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, o estado das ruas em Vinhó é calamitoso; também aproveito para lhe perguntar se está prevista alguma repavimentação nesta União de Freguesias, nomeadamente na povoação de Vinhó. Secarias a mesma coisa. Parece-me que há um tratamento um pouco diferenciado entre as Juntas de Freguesia que são do Partido Socialista e as outras.-----

-----Relativamente à bazuca, de facto, o Governo do Partido Socialista está muito empenhado em que essa bazuca chegue ao nosso país, porque é determinante para o nosso futuro, e tem feito um trabalho muito empenhado, no sentido de acelerar o trabalho e apresentar à Comissão Europeia o Programa de Recuperação e Resiliência Português; já apresentou o primeiro draft, foi o primeiro país a nível da União Europeia a apresentar o primeiro draft do Programa de Recuperação e Resiliência, e como tal tem olvidado todos os esforços para que essas verbas cheguem a Portugal o mais rapidamente possível. Como sabe depende de um consenso dos Estados Membros, que neste momento ainda não está conseguido, e também de uma aprovação, por parte do Parlamento Europeu, que tudo indica que está alcançado.-----

-----Sublinhar esta diferença relativamente à abordagem tanto do Estado Português como da União Europeia, relativamente à abordagem desta crise pandémica que é uma crise económico-financeira e uma crise social, está a ser encarada; quando me referi a 2008 referi-me à crise de subprime, não me referi a nenhum Governo em concreto. Relativamente ao Programa de Recuperação e Resiliência, foi solicitado aos partidos políticos com assento da Assembleia da República que apresentassem propostas de investimento, propostas de melhoria, e aquilo que se verificou foi uma pobreza muito grande e uma falta de ideias constrangedora, relativamente a esta questão. Os contributos que o Governo recebeu, por parte dos partidos com assento na Assembleia da República, foi muito parco e muito pobre.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que “esse tipo de comentário que o senhor vereador Fernando Vale agora fez, faz-me lembrar uma nota, não me lembro agora do autor da mesma, que referia a incredulidade de alguém pela circunstância de verificar que estávamos perante o maior Governo de sempre, do ponto de vista do número de intervenientes, e mesmo assim foi necessário para fazer o tal processo, o tal Relatório, o tal draft, foi necessário recorrer a um consultor externo; mas trata-se apenas de uma nota muito rápida. Sublinhar também que infelizmente o problema de 2008/2009, que o nosso país que também tinha alguma coisa a ver com o subprime, mas se fosse só isso tinha sido fácil, foi muito mais que isso, foi o descalabro total das





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

contas públicas do país, e aliás, a esse respeito devo constatar que, curiosamente, a generalidade das medidas que foram aprovadas naquele tempo, na sequência daquilo que foi contrato assinado entre o Governo Socialista e a TROIKA, boa parte das medidas mantiveram-se nos últimos anos, inclusive durante o anterior Governo do Dr. António Costa.-----

-----Quereria voltar atrás, naquilo que tem a ver com o designado festival de alcatrão, designado por si, que para dizer que esse apontamento crítico não aceito, porque se há uma coisa que fiz, de uma forma exemplar, e que nenhum Presidente de Junta pode criticar, foi que a planificação que aconteceu, e a concretização que está a acontecer, decorreu de um processo totalmente partilhado, com todos os Presidentes de Junta, sem excepção, quer sejam independentes, quer sejam do PSD, quer sejam do PS. Acho até contraditório que se faça uma crítica, em sentido pejorativo, relativamente ao investimento que está previsto, em repavimentação e reabilitação da rede viária, quando é sabido que essa é uma necessidade que é sentida, não é só nas freguesias em que os autarcas são do PSD, também é sentida essa necessidade, nas freguesias em que os autarcas são independentes ou que são do Partido Socialista. Era essa nota que eu queria deixar; por um lado, tenho a certeza que nenhum Presidente de Junta pode dizer que foi tratado com discricionariedade relativamente aos demais e tenho também a meu favor o crédito de ter partilhado, ao longo de todo este processo, quer a construção deste Plano, quer a execução deste Plano. E é também por causa disso, que em todas as freguesias, incluindo aquelas que são dos autarcas do PSD, como também naquelas cujos autarcas são independentes, ou que os autarcas são do Partido Socialista, o investimento tem vindo a acontecer; e algum está também, ainda não foi feito todo, nem nas freguesias do PS, nem nas freguesias do PSD nem nas freguesias independentes, o investimento ainda não foi feito todo, por isso é que tem expressividade também em 2021. Mas permitia-me recordar que no Sarzedo, as situações de rede viária estão todas praticamente resolvidas, pode haver uma situação ou outra, muito pontual, que carece de solução, mas, tirando isso, estão todas resolvidas; em Vila Cova de Alva e Anseriz muitas foram resolvidas, recordo que a EM 517, entre Côja e Vila Cova de Alva, via Barril de Alva, a partir da metade da ponte do Barril, até Vila Cova (EM 517-1), é investimento em Vila Cova, estamos a falar de um investimento muito expressivo, que está concretizado já naquela União das Freguesias; já tínhamos também executado investimento na rede viária no ano de 2019, também nesta mesma União das Freguesias; temos neste momento já com contratos celebrados, intervenções também consideradas para a freguesia de Folques e para a freguesia de Secarias. Devo dizer, a este respeito, que tratamos todos por igual, mas não posso aceitar porque não é esse o sentimento dos cidadãos, não posso aceitar essa adjectivação de festival de alcatrão, que nem é uma adjectivação feliz, nem é rigorosa.-----

-----Relativamente à questão que colocou, sobre as intervenções previstas, em concreto, para Vinhó, estão também calendarizadas e a seu tempo, tal como foi assumido por este executivo, não deixarão de ser executadas e concretizadas."-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Luis Almeida** para referir que "porque foi aqui invocada a pobreza de ideias por parte do Partido Social Democrata, devo lembrar que o PSD, e isto recorrendo a recursos internos, sem consultorias externas





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

ou a consultores bem remunerados, desenvolveu um Programa de Recuperação Económica, que apresentou em Maio, tendo mais recentemente desenvolvido um Programa Estratégico dos Fundos Europeus para a Década. São apenas dois exemplos, que contrariam a alegada pobreza de ideias do PSD. Podemos é estar perante uma alegada pobreza ou falta de cultura democrática, por se achar que os contributos dos outros, muitas vezes por irem em linha diferente e distinta da nossa, não devem ser considerados. Isso acontece muitas vezes, por quem, estando no poder, adquire determinados comportamentos e tende a ignorar e a desconsiderar aquilo que é o papel construtivo de uma Oposição séria e coerente, como tem sido o PSD num ano de enormes dificuldades, como o ano de 2020, com esta crise pandémica. Certamente reconheceremos que o principal partido da oposição ao Governo, tem tido um papel verdadeiramente construtivo e responsável nessa matéria.”-----

-----Teve a palavra a Dr.<sup>a</sup> **Lúcia Coimbra** para explicar as questões colocadas sobre várias rubricas: “Em relação às rubricas frisadas, grande parte delas diz respeito às candidaturas, às receitas provenientes de candidaturas. Frisou a rubrica de 4.898.815,40€, é um conjunto de candidaturas, posso referir os valores de cada uma: para a Reabilitação e Ampliação da Escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância do Sarzedo, 260.485,00€; Ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este, 2.969.663,69€; Reabilitação Estrutural da Igreja de S. Pedro, 4.996,63€; Requalificação do Espaço Urbano Público, da vila de Arganil, 609.941,61€; Centro de Trail da Benfeita, que se inclui nas Estratégias de Eficiência Colectiva do PROVERE, Aldeias de Xisto, 10.000,00€; Controlo e Redução de Perdas de Água nos sistemas em baixa de distribuição e adução de água do concelho de Arganil, 6.086,13€; Lomba do Canho, 515.047,64€; Centro Municipal de Protecção Civil, 258.894,70€; Remoção e substituição de estruturas com amianto em edifícios escolares, 93.700,00€; Mobilidade Suave, 170.000,00€. Estas obras perfazem os 4.898.815,40€. No FEADER, Reabilitação do Mercado Municipal de Arganil, 52.414,72€; FEADER, total de 212.047,00€; Reabilitação e Refuncionalização da Capela do Senhor da Agonia, 159.633,20€. Fundo de Coesão, Reabilitação e Beneficiação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha, 52.311,16€; Fecho de sistema SAR de S. Martinho da Cortiça 40.793,00€; Fecho do sistema de abastecimento de água da Cerdeira, 14.749,59€; Fecho do sistema SAR de Côja, 1.368,81€; Fecho do Sistema SAR do Barril de Alva, 7.900,30€; Fecho do Sistema SAR de Pombeiro da Beira, 1.354,42€; Fecho do Sistema de Abastecimento de Água do Feijoal, 5.917,10€; Fecho do Sistema da Abastecimento de Água de Celavisa, 10.881,14€; Compostar é Reciclar, 49.722,74€. Perfaz um total de 184.998,26€. Depois, temos a Cooperação Técnica e Financeira, rubrica 10030104, 14.800,10€, que diz respeito à Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho. Outros Fundos Comunitários, rubrica 10030199, Reabilitação do Largo Cónego Manuel Fernandes Nogueira, do Piódão, 70.212,19€; Requalificação do Posto de Turismo do Piódão, 67.458,77€; Aldeias Históricas de Portugal, 38.084,88€; AHP Smart Lands - linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi, 45.125,77€; Aldeias do Xisto, linha de apoio à valorização Turística do Interior, Programa Valorizar: mobiliário urbano e arranjos urbanísticos da Aldeia do Xisto de Benfeita, 27.000,00€; Aldeia do Xisto, a mesma linha de apoio, para a conservação e





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

restauro das pinturas do arco triunfal da Igreja Matriz de Vila Cova de Alva, 20.892,60€; ainda nas Aldeias do Xisto, infra-estruturas de defesa, infra-estruturas e equipamento de comunicação (rede móvel/wi-fi), 6.300,00€. Temos o Estudo Municipal para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos, 5.000,00€; Criação de infra-estruturas de apoio ao Autocaravanismo no Parque Municipal de Campismo, 99.400,00€, que perfaz 379.474,21€. O resto que referiu, penso que foi da rubrica 06, diz respeito também a candidaturas, mas na parte corrente, ou seja, as candidaturas que não dizem respeito a obras, mas a actividades; no FEDER, 191.588,24€, Estratégia de Eficiência Colectiva do PROVERE, ciclo de eventos Doze em Rede, 17.000,00€; Doze em Rede, Aldeias em Festa de 2019, temos ainda a receber 1.680,92€; temos o mesmo evento, mas para 2020, 17.000,00€; à Beira do Fado, Programa Cultural em Rede, 100.737,00€; FAMI, 55.170,32€. Temos depois os 449.560,12€, que é o FSE, Plano Intermunicipal de Prevenção e Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo na Região de Coimbra, 143.513,88€ e temos o Sistema de Informação Cadastral Simplificado e do procedimento de representação gráfica e georreferenciada, 306.046,24€. Outros Fundos Comunitários, 34.081,47€, tem a ver com o FAMI, projecto em vigor. Posso dizer-lhe as páginas em que está o Teatro Alves Coelho e em relação à verba para as Freguesias. É na página 42, onde diz Plano Estratégico para a Reabilitação Urbana, PERU, o valor que está aqui definido é a pensar nessa obra."-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor vereador **Fernando Vale** para "agradecer a disponibilidade para o esclarecimento."-----

-----Referir ainda que, relativamente ao consultor externo que trabalhou em prol do país em regime pro bono, o Governo, o Estado Português, não pagou um cêntimo ao Professor António Costa Silva; um homem com grande evidência, um homem que fez um trabalho experiente notável, no sentido de coordenar os trabalhos interministeriais, de auscultar todos os ministérios e de ponderar as grandes linhas de investimento para a base do PRR e não só. Não tema, porque o Governo, o Estado Português, os cidadãos não pagaram um cêntimo ao Senhor Professor António Costa Silva. Devo referir que o trabalho que apresentou é um trabalho com grande substância e que vai determinar o investimento do Estado nos próximos anos."-----

-----Relativamente ao Programa de Recuperação e Resiliência, o pedido que o Governo realizou, foi no sentido de auscultar e de receber contributos, tendo em vista que é um programa que é dilatado no tempo e que não se esgota no período de uma legislatura; como tal, teve esta abordagem ampla, no sentido de ter um documento partilhado; não teve sucesso nessa procura, pois como referi há pouco, todos os contributos foram muito poucos, muito pobres, e em quase nada adiantaram para a riqueza substancial do documento."-----

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta do **Orçamento para o ano de 2021 – GOP, Receita e Despesa.**-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, bem como do Orçamento, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira."-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Neles se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano, ascende a 23.395.637,00€ e que se estima que o montante total de receitas em 23.395.637,00€, sendo 12.745.580,00€ de receitas correntes e 10.650.057,00€ de capital e o montante das despesas em 23.395.637,00€, sendo 11.660.457,00€ de despesas correntes e 11.735.180,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2021, e do Orçamento, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Rui Silva e Fernando Vale, aprová-los e submetê-los para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2021.**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Rui Silva e Fernando Vale, aprovar o Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2021 e submetê-lo para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação das **Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano 2021** – Regulamento de Execução Orçamental.--

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores vereadores Rui Silva e Fernando Vale, aprovar as Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2021 e submetê-las para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**QUARTO: Assunção de compromissos plurianuais - Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso** – alínea c), do n.º1 do art.º 6.º. Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Assunção de Compromissos Plurianuais para deliberação da Assembleia Municipal.-----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

**ENCERRAMENTO**

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dez horas e trinta minutos, e para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

---

---

